

Agustín Serrano de Haro, *Arendt y España* (Madrid: Editorial Trotta, 2023). ISBN: 978-84-1364-101-0. 172 pp.

Agustín Serrano de Haro, “científico titular” do Instituto de Filosofia do CSIC de Madrid e coordenador do projeto de Investigação “Fenomenología de la Corporalidad y Experiencias del Goce”, é, reconhecidamente, um dos fenomenólogos mais interessantes e originais do panorama filosófico contemporâneo. Para o atestar, seria suficiente recordar dois dos seus livros mais lidos, trabalhos que impressionam tanto pelo rigor, minúcia e subtileza da análise, como pelo estilo claro e elegante. Refiro-me a *La precisión del cuerpo. Análisis filosófico de la puntería* (Trotta, 2007) e a *Paseo Filosófico en Madrid. Introducción a Husserl* (Trotta, 2016).

Nome cimeiro dos estudos husserlianos, o autor há muito que igualmente se dedica à obra de Hannah Arendt. O livro que aqui apresentamos sobre “o episódio espanhol da vida de Arendt”, episódio ao qual nem “as grandes biografias dedicadas à filósofa”, nem os inúmeros estudos que lhe são dedicados” souberam dar a justa atenção (p. 9), é fruto desse longo labor e interesse filosóficos.

O livro é composto de uma nota de apresentação, nove capítulos e um epílogo. Dos aludidos nove capítulos, os quatro primeiros pretendem oferecer um enquadramento geral – que poderíamos dizer geográfico, político e filosófico – para o que se sugere no próprio título da obra: as “ligações” de Arendt a Espanha. Nos referidos capítulos elege-se, como fio condutor, a análise de episódios biográficos. Temporalmente, aponta-se para o período dos anos trinta e quarenta e o “pano de fundo da ação” – como diriam os críticos literários com veia cinéfila – é dado pelo ambiente opressivo e esventrado da Espanha do pós-guerra civil e pelos tentáculos infernais do nazismo, que se estendiam pela Europa martirizada da Segunda Guerra Mundial. O autor respiga neste contexto histórico não apenas os dados da biografia de Arendt com *geografía espanhola*, mas igualmente os ecos, no seu pensamento e nos seus textos, das duras experiências então vividas pela pensadora judia.

Os últimos quatro capítulos “alteram o foco temporal e temático do livro. “Deixam-se para trás os anos trinta e quarenta do século XX, que ocupam a monumental obra arendtiana de princípios de cinquenta, e o ponto de vista situa-se em torno da década de sessenta e na órbita das posteriores obras sistemáticas de Arendt” (pp. 10-11). Este segundo grupo de capítulos começa com uma análise de *A Condição Humana* (pp. 99 ss.), é atravessado por uma interrogação sobre a posição filosófica de Arendt a propósito das relações políticas entre a América do Norte e a América Latina – entre “as duas américas” (p. 99), entre o modelo de sociedade dos Estados Unidos e o modelo “revolucionário”, nomeadamente cubano (p. 119 ss.) –, continua com a ligação de Arendt ao *Spanish Refugee Aid* (pp. 127 ss.) e termina com uma ponderação política, filosófica e editorial sobre o “estado da arte” das traduções espanholas da obra da filósofa em estudo (pp. 137 ss.).

Entre os dois blocos de textos referidos, encontra-se um importante capítulo que o autor considera “de transição” (p. 10). Na nossa opinião, é bem mais do que isso:

trata-se de um capítulo realmente central da obra, não apenas por ocupar um lugar médio no livro, mas por permitir aquilatar, por um lado, da evolução do pensamento de Arendt, por outro, do respetivo vigor, alcance e atualidade. Em certo sentido, este capítulo é uma chave e um ponto crucial do fio condutor da obra em apreço, permitido olhar tanto para os primeiros capítulos do livro de forma renovada, como orientar a análise até ao *Epílogo*. O capítulo a que nos referimos tem o seguinte título: *O Rasto de Ortega em “As Origens do Totalitarismo”*. Trata-se, como esclarece o autor, de analisar “a presença de Ortega no pensamento de Arendt”. Tal opção não é justificada por qualquer preferência pessoal, como se o autor se limitasse a escolher o diálogo com Ortega de modo arbitrário e em detrimento de outros tantos diálogos possíveis com pensadores hispânicos; ao contrário, subjaz a tal opção uma tripla razão de fundo: é crível que Arendt tenha sido leitora atenta de *La Rebelión de las Massas*; é demonstrável que em *As Origens do Totalitarismo*, pelo menos em alguns momentos, Arendt dialoga com a obra referida de Ortega; é significativo que o único filósofo de língua espanhola referido na gigantesca bibliografia de *As Origens do Totalitarismo* seja aquele livro de Ortega (p.10, p. 77 ss.).

Em função do que fica dito, entendo que o capítulo em questão, o quinto, não pode ser lido sem vagar. Consideremos, de modo necessariamente breve, a respetiva estrutura: o fio condutor da análise é fornecido por um estudo comparativo de grande interesse que se organiza em dois momentos capitais: num primeiro momento, o autor pondera três grandes teses genéricas que entende serem partilhadas por Ortega e Arendt; segue-se a análise cuidada de três diferenças profundas que, a propósito de cada uma das referidas teses, manterão inconfundíveis as abordagens de ambos.

Elenquemos as três teses que o autor argumenta serem partilhadas por ambos os pensadores. A primeira tese é a seguinte: “a análise filosófico-política da sociedade contemporânea deve contar com a categoria de ‘as massas’” (p. 81). Mais especificamente, afirma-se que tanto Ortega como Arendt aceitariam o pressuposto segundo o qual, para pensar o século XX, há que trabalhar tanto com a categorização de “sociedade de massas” como com a noção de “homem-massa”, este último um conceito forjado por Ortega que Arendt retoma em *As origens do Totalitarismo* (p. 81). Anotemos a segunda tese: “a sociedade de massas e a mentalidade do homem-massa são um acontecimento histórico” que eclode na década do pós-primeira grande guerra (p. 82). Tanto Ortega como Arendt, aceitariam, portanto, que em tal momento histórico se prepara uma mudança com consequências de envergadura. Terceira e última tese: “a crise institucional dos Estados-nação europeus no pós-guerra não é estranha ao protagonismo político das massas” (p. 82), cuja “rebelião” Ortega entendia sintoma de crise política inevitável e Arendt pressentia na origem dos fenómenos totalitários.

Após esclarecer as teses gerais que entende “reunirem” Ortega e Arendt em redor de um colóquio filosófico incontornável, Agustín Serrano de Haro pondera “os contrastes profundos” que operam sob o modo específico como aqueles nomes cimeiros da filosofia contemporânea assumiram, cada um a seu modo, aqueles princípios. As “duas primeiras fontes de contraste” poderão, porventura, ser apontadas

pela seguinte passagem: “Frente à perspectiva abarcadora de Ortega, que por momentos pratica uma indagação eidética acerca do social – o que os fenomenólogos apelidam de ontologia regional –, a voz da pensadora soa mais como a de uma socióloga política do período de entre guerras. Pois Arendt (...) faz assentar a análise da sociedade de massas e do homem-massa sobre a mesmíssima categoria que o filósofo madrileno pretendia descartar, a saber: sobre a noção de classe social” (p. 89), que Arendt, acrescentando-se, de modo algum confunde com as formulações e análises marxistas. A “sociedade de massas” e o “homem-massa” não significam o mesmo para os dois pensadores. Em relação à terceira tese, e sem poder, uma vez mais, dar conta no espaço exigido desta apresentação de todas as subtilidades da investigação, a diferença entre Ortega e Arendt poderia ser indicada do seguinte modo: considerando o esquema orteguiano do contraste universal entre massa e minoria, entre elites e turba, Arendt entende que tudo é mais intrigante e sinistro do que Ortega supôs. Para o confirmar, bastaria dar conta do modo como as elites de entre guerras facilitaram a ascensão dos totalitarismos ao cederem, por uma espécie de inversão pela qual a “população se transformou numa elite invertida” (p. 96), ao homem-massa. Dir-se-ia que “a turba totalitária não está hipersocializada na sua adaptação ao comum”, como insiste Ortega, “mas infrasocializada e hostilizando qualquer adaptação” (96). O ressentimento é um motor poderoso da história.

Arendt y España encerra-se com um *Epílogo* intitulado “A promessa da política e a democracia espanhola” (pp. 147-172). Neste momento derradeiro do livro, o autor intenta sopesar a atualidade do pensamento político arendtiano. Classifica-o como pensamento da “promessa da política” forjada na contraluz do que ameaça recorrentemente a vida em comum, do que pode minar a comunidade (que só pode ser livre em sendo de todos e de ninguém) livre e plural. A “promessa da política”, para Arendt, seria aquela que apenas se concretiza quando a política serve para proteger dos sonhos funestos de “amanhãs que cantam”, das ilusões contrafeitas de regimes salvíficos, de modelos de sociedade ideal, de modelos de “homem novo”, ou de “mundos felizes” por vir (p. 147). Arendt não tem ilusões: “sente todas as ânsias de consumação da História como supressões da política, isto é, justamente, como cancelamentos da sua promessa de igualdade e pluralidade humanas” (147); e sabe que tais ânsias só não eliminam as possibilidades e anseios da coexistência civil, da ação partilhada e da coresponsabilidade ativa por um mundo comum (p. 148), se estes últimos desígnios democráticos forem cuidados, preservados, protegidos e fortalecidos.

Estas considerações falam ainda ao tempo presente de uma Europa ameaçada *por fora*, mas também *por dentro*, por toda a sorte de tentações totalitárias, às quais a velha divisão esquerda-direita, por si só, já não consegue responder (p. 156). Arendt mostrou-o amplamente: os totalitarismos do século XX tiveram, um deles, o rosto da direita, o outro o rosto da esquerda. O nazismo e o comunismo são, por essa razão, as duas renúncias de Arendt (p. 156). Se “novas” tentações totalitárias hoje emergem, ao lermos os textos de Arendt percebemos que serão um regresso. É certo que

os totalitarismos aparentam ostentar hoje novos rostos; mas esses são, na verdade, apenas disfarces e atavios falsamente benfazejos. Voltamos hoje a ser confrontados por desafios que julgávamos já ganhos: os da igualdade e da pluralidade da coexistência humana sobre o pano de fundo universal do mundo, da vida; os da liberdade democrática autêntica que se fortalece na diferença, mas não na trincheira ideológica acéfala e tirânica; os da construção de um mundo comum e solidário fundado na possibilidade do diálogo moderado.

De *Arendt y España* se poderia dizer o mesmo que sobre os livros que chegam ao mercado e por todo o lado se publicitam como acontecimento editorial: “absolutamente a não perder!”. No caso do livro de Agustín Serrano de Haro tal é efetivamente verdade.

Luís António Umbelino

Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras

Unidade I&D CECH / Unidade I&D IEF

lumbelino@fl.uc.pt

Orcid: 0000-0002-5242-4863

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_64_15